



SEÇÃO: DOSSIÊ

A comunidade dos iguais e o líder do verdadeiro povo: uma breve caracterização do fenômeno do populismo contemporâneo

The community of equals and the leader of the true people: a brief characterization of the phenomenon of contemporary populism

La comunidad de iguales y el líder del verdadero pueblo: una breve caracterización del fenómeno del populismo contemporáneo

Isabela Vicente Monti¹

orcid.org/0000-0001-8904-3960

isabelamonti96@gmail.com

Recebido em: 25/01/2021.

Aprovado em: 31/05/2021.

Publicado em: 01/12/2021.

Resumo: Este artigo objetiva, em um primeiro momento, caracterizar as profundas transformações no tempo histórico e no espaço social, ocorridas a partir da segunda metade do século XX, que fomentaram as condições objetivas para a emergência do fenômeno do populismo contemporâneo e, em um segundo momento, expor e explicar dois de seus principais elementos: as noções de povo e de líder político. A partir da revisão bibliográfica de diferentes obras que investigam as consequências da globalização econômica e política e do populismo, foi possível concluirmos que o populismo hodierno promove a verticalização da política na figura do líder, que encarna e representa o verdadeiro povo. O "povo" dos populistas refere-se a uma comunidade orgânica, natural e homogênea, na qual não existem dissidências valorativas ou morais.

Palavras-chave: Populismo contemporâneo. Democracia. Povo. Líder.

Abstract: This article aims, at first, to characterize the profound transformations in historical time and social space, which occurred from the second half of the twentieth century, which fostered the objective conditions for the emergence of the phenomenon of contemporary populism and, in a second moment, expose and explain two of its main elements: the notion of people and political leader. From the bibliographical review of different works that investigate the consequences of economic and political globalization and populism, it was possible to conclude that today's populism promotes the verticalization of politics in the figure of the leader, who embodies and represents the true people. The "people" of populists refers to an organic, natural and homogeneous community in which there are no evaluative or moral dissidences.

Keywords: Contemporary populism. Democracy. People. Leader.

Resumen: Este artículo pretende, en un primer momento, caracterizar las profundas transformaciones en el tiempo histórico y el espacio social, ocurridas a partir de la segunda mitad del siglo XX, que propiciaron las condiciones objetivas para el surgimiento del fenómeno del populismo contemporáneo y, en un segundo momento, exponer y explicar dos de sus principales elementos: la noción de pueblo y líder político. De la revisión bibliográfica de diferentes trabajos que investigan las consecuencias de la globalización económica y política y el populismo, se pudo concluir que el populismo actual promueve la verticalización de la política en la figura del líder, que encarna y representa al verdadero pueblo. El "pueblo" de los populistas se refiere a una comunidad orgánica, natural y homogênea en la que no existen disidencias valorativas ni morales.

Palabras clave: Populismo contemporáneo. Democracia. Pueblo. Líder.



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Campinas, SP, Brasil.

Introdução

O curso dos últimos decênios pode ser caracterizado pelos profundos paradoxos produzidos pela globalização econômica e política. A possibilidade objetiva da mundialização do capital, atrelada ao surgimento de uma sociedade global, simbolizou, em todo o Ocidente, a esperança de um mundo pacífico, com a promessa de uma cidadania global e o estímulo para a construção de formas de vida plurais, uma vez que a longa batalha política, econômica, cultural, militar e midiática entre o modo de produção capitalista e o comunismo chegara ao fim (Todorov 2011). A chamada segunda *Belle Époque*, promovida pela globalização econômica e política, no entanto, durou menos de dez anos e, na década final do século XX, diferentes pesquisadores passaram a observar em países, como, por exemplo, Venezuela, Hungria, Estados Unidos da América e Itália, a emergência de uma nova manifestação política de partidos de direita e extrema-direita e, dentre eles, do populismo, que, com grande força de penetração, ascendeu nas democracias liberais. A partir da centralidade do fenômeno do populismo contemporâneo, que imprime sua marca em diferentes países do globo, justificamos a relevância teórica e conceitual deste artigo, que objetiva esboçar as principais mudanças ocorridas no tempo histórico e no espaço social que viabilizaram a emergência do populismo contemporâneo, para, posteriormente, apresentar dois importantes elementos que compõem o populismo hoje: a noção de povo, entendido como uma comunidade de iguais, e a noção de líder político.

A sociedade babélica do final do século XX e suas reações: o fenômeno do populismo contemporâneo

As décadas finais do século XX caracterizaram uma época nova, marcada por profundas transformações nas estruturas sociais e na maneira pela qual os indivíduos se inserem no mundo, possibilitadas, objetivamente, pela globalização econômica e política, no interior de uma nova ordem social, objetivada nos valores vitoriosos do neoliberalismo. A queda do muro de Berlim (1989)

e a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (1991) representaram dois acontecimentos inesperados e impactantes, que, ao colocar fim às barreiras políticas, ideológicas e econômicas entre o sistema capitalista e o comunismo, promoveram uma inflexão histórica no interior do processo civilizatório e, também, do modo de produção capitalista, que, encontrando-se isento das regulamentações políticas que restringiam a economia de mercado, passou a ter a possibilidade objetiva de deslocar-se e de consolidar um salto de qualidade na mundialização do capital.

O filósofo italiano Carlo Galli (2001) apreende a globalização econômica e política como uma época nova, que promove o progressivo esvaziamento da importância da soberania dos Estados Nacionais, dos partidos políticos e da função do Estado-Nação como agente mediador entre as forças sociais e políticas. A erosão do poder e prestígio das forças políticas, que foram centrais para dotar de sentido e significado coletivo as sociedades nacionais e industriais, desde o século XVIII até a segunda metade do século XX, produz a desvalorização dos vetores temporais e das arquiteturas espaciais da política moderna, o que nos permite compreender a globalização como sendo "essencialmente ruptura, ausência de limites e deformação das geometrias políticas" (Galli 2001, 121). Para Luciano Gallino (2012), a globalização econômica e política constitui um projeto político, que estabeleceu, como seu principal objetivo, romper com os acordos e compromissos tecidos entre as forças sociais e políticas durante o período da Guerra Fria, quando a ameaça de um mundo bipolarizado obrigou as classes dominantes a aceitarem a existência de um relativo equilíbrio de forças entre as classes sociais, concedendo aos Estados Nacionais um importante papel na construção, manutenção e direção da vida social e coletiva, principalmente durante a Democracia Moderna e a vigência histórica do Estado de bem-estar social (1945-1975).

Nos anos 90, porém, o desfecho da Guerra Fria e a possibilidade técnica do deslocamento do processo produtivo viabilizaram o rompimento dos vínculos existentes entre o capital e a força de

trabalho, o capital e a cidade, o capital e a sociedade e, no limite, o capital e os Estados Nacionais, fazendo com que as classes dominantes reconquistassem o poder e prestígio perdido nos 30 anos anteriores, o que favoreceu, nos países ricos do Ocidente, o fenômeno da desterritorialização e da desindustrialização, bem como a chantagem, por parte das empresas, do deslocamento, que apresenta, como principal finalidade, a redução tributária e a evasão fiscal de seus encargos (Sassen 2016). Nas décadas finais do século XX e início do século XXI, portanto, as condições laborativas, desprovidas de proteção social, política e jurídica, tornam-se precárias, consolidando o fenômeno do trabalho flexível e tornando instável a vida financeira dos trabalhadores, que, dioturnamente, experimentam a acentuada pauperização de suas vidas e a impossibilidade de manterem uma identidade profissional sólida.

Nesse contexto, o neoliberalismo encontrou as condições objetivas para deixar de ser um discurso, pragmaticamente tecido desde o fim da Segunda Guerra Mundial, para se consolidar como a principal força hegemônica dessa nova ordem mundial. Para Brown (2015), o neoliberalismo é uma forma específica de racionalidade política, que difunde o modelo de mercado para todos os domínios da vida humana, mediante um conjunto de políticas econômicas que seguem os princípios do livre-mercado, incluindo a desregulamentação das atividades de produção e extração de valor, a intensa privatização dos serviços públicos e a conversão de cada necessidade humana em uma mercadoria, qualificando os indivíduos, exaustivamente, como atores de mercado, em todas as esferas da vida.

Ao transformar radicalmente a relação entre o mercado e a política e converter a linguagem política pública em linguagem econômica e política privada, o neoliberalismo se apresenta como uma reação contrária ao socialismo democrático e ao keynesianismo, capaz de promover um profundo processo de desdemocratização, baseado na neutralização de importantes elementos constitutivos da democracia moderna, como, por exemplo, a noção de justiça social,

liberdade social, cidadania e estado de direito (Brown 2015), que são substituídos pela ideia de justiça de mercado, pela transformação de problemas políticos em problemas individuais com soluções mercadológicas e pela construção de um Estado gerido como uma empresa. É interessante destacarmos, ainda, que a racionalidade neoliberal erige uma nova gramática moral, baseada na figura do indivíduo, e faz da liberdade negativa, essencialmente particular e privada, o seu principal valor. Nesse sentido, o neoliberalismo promove uma mudança na condição humana, porque institucionaliza a construção de um novo tipo de indivíduo, emancipado de toda predeterminação coletiva proveniente dos grupos primários e secundários (Bauman 2008).

A hipertrofia da liberdade individual produz o impacto de uma vida não linear, que, ao deixar de se basear em semelhanças e continuidades, cria formas de vida complexas, que são permanentemente estimuladas, pelo mercado de bens e consumo, a serem outras. Essa multiplicidade de novas formas de vida, subjetividades e relacionamentos, gera, por sua vez, um espaço cognitivo e emotivo vazio de sentido em muitos indivíduos, que passam a sofrer com uma permanente sensação de desorientação, incerteza e insegurança sobre como devem se comportar, pensar, agir e se relacionar, de modo que, nas sociedades complexas, a escolha se torna uma tragédia. As profundas e impactantes transformações no tempo histórico e no espaço social, que marcaram a emergência do século XXI, caracterizam uma "desordem que é nova, mais ainda assim, babélica" (Bauman 2016, 11). Nesse sentido, podemos utilizar a metáfora bíblica da Torre de Babel, construção humana realizada por homens, que, a princípio, falavam uma única língua, mas que, ao serem castigados por Deus, passaram a falar diversos idiomas que, se sobrepuseram uns aos outros, os confundindo e separando, para caracterizar as sociedades capitalistas contemporâneas, uma vez que, assim como em Babel, nas nossas sociedades cada indivíduo se constrói como uma língua própria e pode ser entendido como um idioma particular, que, sem a media-

ção de forças coletivas, torna-se difícil de ser compreendido e conhecido pelos outros, o que gera uma época nova, na qual a tradução dos fatos e acontecimentos cotidianos se configura como um exercício complexo, cristalizando uma formação social na qual "mais do que nunca, o mundo tem medo" (Augé 2014, 08).

Compreendemos, portanto, que a face oculta da globalização econômica e política se revela mediante a difusão generalizada de medos e inseguranças coletivas, que, após o fim da Guerra Fria, se tornam globais. A emergência de um "poder global", sustentado pelo triunfo planetário da economia de mercado, permite a concentração de grandes somas de capitais nas mãos de algumas poucas pessoas, empresas e corporações transnacionais, na mesma medida em que difunde a pobreza e a exploração dos indivíduos que sofrem com o declínio dos mecanismos sociais e políticos de proteção social e com uma profunda desorientação, provocada pela corrosão das identidades coletivas e da soberania dos Estados Nacionais, encontrando-se amedrontados com relação ao futuro (Zolo 2011).

Para Virilio (2010) e Augé (2014), a profunda capacidade técnica do capitalismo globalizado produz, ainda, a aceleração do ritmo do tempo nas relações sociais e nas estruturas sociais, bombardeando as emoções e os sentimentos dos indivíduos com estímulos sempre mais velozes, que os afastam do passado, inserindo-os na dimensão do presente imediato. Soma-se a esse novo inventário de medos as migrações, que, em um contexto de elevado desemprego, ameaçam os trabalhadores autóctones e produzem destabilizações cognitivas e psíquicas quando o imigrante (aquele que tipifica o outro, o diverso) apresenta um conjunto de valores, comportamentos, mentalidades e crenças diferentes da de seu país de ingresso e, principalmente, quando se luta pelo direito a ter direitos. Para Loïc Wacquant (2001), a razão neoliberal, ao suprimir o *Welfare State*, estimula a consolidação de um Estado penal, que responde à desregulamentação política da economia e à pauperização dos indivíduos através do uso da força policial, criando

uma penalização da miséria, que objetiva torná-la invisível, promovendo uma verdadeira ditadura sobre os pobres. Frente às profundas crises que se instauram, tanto na esfera econômica quanto nas esferas política, cultural e jurídica no século XXI, a construção da figura do imigrante como o principal responsável pela intensa transformação dos modos de vida e pela queda do nível de vida dos autóctones é inflacionada por diversas narrativas políticas e midiáticas.

A profunda intensificação da vida emocional, promovida pelos paradoxos da globalização econômica e política, coloca todo indivíduo diante de novos riscos sociais e medos coletivos. A dissolução dos pontos de referências comuns e compartilhados entre as gerações e o esvaziamento das certezas e seguranças materiais e imateriais, que compunham a identidade subjetiva do indivíduo moderno, faz com que ele se torne "cada vez mais inclinado a se modificar por mimetismo frente aos acontecimentos e movimentos dos contextos históricos e políticos" (Bodei 2006, 441), tornando-se "sempre mais sensível às esperanças, as ilusões e as ameaças do poder, sempre mais disposto a se deixar guiar pelas ideologias contingentes que pretendem ter a explicação simples para tudo" (Bodei 2006, 441). É precisamente neste contexto histórico que o populismo contemporâneo encontra solo para germinar em diversos países, caracterizando-se como um fenômeno social e político inaudito, que reage combatendo as profundas transformações ocorridas na sociedade e no Estado Nacional nas últimas décadas do século XX, através de uma série de novos atores políticos e de uma poderosa narrativa política, que promete reorganizar tudo aquilo que a globalização econômica e política fragmentou.

O cientista político italiano Alfio Mastropaolo (2005) apreende, já na década de 1980, o crescimento de um enorme mal-estar entre os cidadãos, que começaram a manifestar uma crescente irritação, hostilidade e descontentamento com os políticos profissionais tradicionais e com o Estado Nacional, identificado como oneroso, corrupto e ineficiente. Mastropaolo (2005) enfatiza a emergência de um profundo processo de

despolitização em massa, fruto do declínio das paixões políticas dos cidadãos, seguido do surgimento de novos atores políticos heterodoxos, que começaram a ganhar uma rápida visibilidade pública e consenso eleitoral e de novos partidos políticos de "Direita Radical", que, ao se distanciarem dos partidos de extrema-direita do século XX e de sua linguagem política discriminatória e elitista, passaram a efetuar profundas críticas ao Estado de bem-estar social, refutando as ideias políticas de igualdade e universalidade, negando os nexos políticos entre redistribuição de renda e proteção social e apoiando uma aceitação seletiva do *Welfare State*, que restringe os direitos sociais e econômicos apenas para os cidadãos autóctones que mereçam, excluindo aqueles cidadãos considerados irresponsáveis, os imigrantes e os estrangeiros. Esses novos partidos políticos de "Direita Radical" defendem uma visão de mundo naturalista, segundo a qual a sociedade é formada por indivíduos desiguais, que, por meio da livre competição, produzem benfeitorias para si e para os outros.

É necessário enfatizarmos, ainda, que esses novos atores políticos manifestam uma linguagem diametralmente oposta à linguagem política moderna, que era caracterizada por longos e densos discursos, dotados de uma função pedagógica voltada para o desenvolvimento da consciência de si dos indivíduos, bem como para o desenvolvimento da consciência de sua classe social e da situação nacional de seu país de origem. Compreendemos que os discursos políticos contemporâneos apresentam uma linguagem antipolítica, que se manifesta de maneira agressiva, ofensiva e hostil, dirigida para elites nacionais e transnacionais. É justamente essa linguagem bélica que faz com que Mastropaolo (2005) denomine a "Nova Direita" como "Nova Direita Radical". A utilização, por parte de atores políticos *outsiders*, de palavras simples, frases curtas e de construções narrativas altamente emotivas, que objetivam conquistar um rápido consenso político, pode ser compreendida como uma mutação da própria Política que se insere em um tempo histórico em que "sopra a tempestade

digital sobre o mundo em rede" (Han 2018, 51), no qual a emergência e a primazia da política digital sobre a política real, não apenas colabora para a transformação da opinião pública em opinião digital, mas permite, principalmente, o estabelecimento de uma relação política direta entre representante político e representados, relação esta que é capaz de capturar, colher e interpretar diariamente as paixões tristes dos cidadãos, a partir da rápida análise das reações políticas apresentadas nas redes sociais, permitindo que esses novos atores políticos identifiquem os dramas do presente imediato e produzam remédios sociais sob a forma de promessas constitucionais.

No livro *La mucca pazza della democrazia: nuove destre, populismo, antipolitica*, Mastropaolo (2005) apresenta o populismo contemporâneo como *um estilo político* mobilizado pela "Nova Direita Radical". Para o autor, o populismo não pode ser caracterizado como um programa político, nem como uma ideologia, uma vez que se trata de um fenômeno capaz de se manifestar a partir de diferentes concepções de mundo, sendo possível encontrarmos exemplos históricos de populismos de direita e de esquerda, assim como de populismos liberais, estadistas e autoritários. O populismo, portanto, pode ser caracterizado como um *estilo político* específico, pautado na retórica tecida ao redor do povo. O povo é compreendido como uma comunidade orgânica, natural e essencialmente virtuosa, na qual não existem dissidências valorativas ou morais. Ao povo se contrapõem os políticos profissionais, os grandes empresários nacionais e transnacionais e, até mesmo, os escolásticos, que apresentam uma linguagem incompreensível para o homem comum e que é perpassada por vícios e rapinas. Dessa maneira, o populismo aparece como *estilo político* que acolhe o ressentimento do povo e cria um vínculo substancial entre o líder político e a gente comum, ou seja, entre o líder e a comunidade dos iguais.

Apesar de qualquer tentativa séria de compreender a política hodierna ter de lidar com o fenômeno do populismo contemporâneo, uma vez que ele exerce influência significativa no cenário político e midiático global, deslocando-se de sua

terra natal, a América Latina, para manifestar-se em quase todas as democracias liberais, da Venezuela à Hungria, da Itália aos Estados Unidos, diferentes autores (Muller 2017; Urbinati 2020) enfatizam a dificuldade teórica em definir o termo populismo, que, devido à multiplicidade de suas manifestações geográficas e cronológicas, sempre esteve envolto em uma aura de imprecisão.

Em *Italia populista. Dal qualunquismo a Beppe Grillo*, Marco Tarchi (2015) realiza uma análise do populismo hodierno, isenta de afirmações aprioristicamente propositivas ou de juízos de valor. Após discorrer brevemente sobre algumas das principais interpretações sobre o fenômeno do populismo, o autor destaca a realização de um simpósio, organizado pela revista *Government and Opposition*, na London School of Economics, que reuniu diversos intelectuais com o objetivo de encontrar uma definição sólida para o populismo. No final dessa reunião, o filósofo Isaiah Berlin efetuou uma síntese dos principais pontos discutidos no evento, alegando que seriam seis as características mais comuns das diversas manifestações populistas, sendo elas:

- 1) a ideia de que a sociedade é coesa e se assemelha a uma comunidade orgânica;
- 2) a primazia da sociedade sobre o Estado Nacional;
- 3) a vontade de restaurar uma ordem social natural perdida;
- 4) a avaliação nostálgica de valores do passado;
- 5) a convicção de representar a grande maioria do povo;
- 6) a tendência de se manifestar em épocas marcadas por dinâmicas e processos de modernização.

Apesar disso, é Berlin, ainda, quem irá alertar para o perigo de atribuir ao populismo um tipo ideal puro, uma definição una, uma vez que podem existir formas de populismos que não necessariamente se encaixam nessas seis características principais delimitadas pelo simpósio.

Assim como Mastropaolo (2005), Tarchi (2015) também não concebe o populismo contempo-

râneo como uma ideologia, porque lhe falta um corpo doutrinário fixo. Todavia, diferentemente do primeiro, Tarchi não compreende o populismo apenas como um estilo político, compreendendo que pode ser um estilo político por ser filho da modernidade, inserindo-se em sociedades complexas e plurais, nas quais os atores políticos necessitam, permanentemente, criar a sua manifestação estética e seu estilo político, para angariar visibilidade pública e midiática, atraindo eleitores na sociedade civil. No entanto, Tarchi (2015) considera que o populismo contemporâneo pode ser apreendido, fundamentalmente, como uma "*forma mentis*", uma mentalidade específica, que corresponde a uma determinada visão da ordem social, baseada na crença na virtude do povo, e em cujo domínio se assenta a fonte de legitimação da ação política. Essa mentalidade pode assumir múltiplas expressões, constituindo, por exemplo, a base de um esquema ideológico de interpretação da realidade ou, como dito anteriormente, um estilo de comportamento político de sujeitos individuais ou coletivos.

O populismo aparece, portanto, como um modo de pensar e sentir muito mais emotivo do que racional, que individua o povo como uma totalidade orgânica que fora artificialmente separada por forças hostis. Se, por um lado, o povo representa a integridade, o trabalho e a honestidade, sendo dotado de qualidades éticas e naturais, as oligarquias políticas, econômicas e culturais, por outro lado, são identificadas como corruptas, hipócritas e ineficientes, sendo que o povo reivindica o seu primado como fonte de legitimação de poder, acima de qualquer forma de representação política. Trata-se, portanto, de um universo mental estruturado de maneira dicotômica e maniqueísta, apoiado em oposições simples, entre quem pertence ao povo e cultiva valores sociais tradicionais e quem não pertence ao povo e expressa uma ameaça, um perigo que deve ser extinto. A partir dessas considerações, compreendemos que, apesar de o populismo contemporâneo se manifestar ao longo da história de maneira polimorfa, diversas são as abordagens que enfatizam a centralidade da concepção de povo e de líder político para os diferentes regi-

mes, líderes ou movimentos populistas. Na seção seguinte trataremos do papel do líder político frente às demandas daqueles indivíduos que constituem o “povo” para os regimes populistas. Abordaremos, também, a qual tipo de indivíduo a mentalidade populista se refere quando afirma falar em nome do “povo” e concluiremos apontando para os efeitos do populismo nas democracias representativas.

A comunidade dos iguais e o líder do verdadeiro povo

A palavra “povo” alude a uma categoria polissêmica e indeterminada. Para Urbinati (2020), o populismo contemporâneo se aproveita da indeterminação do sentido e significado do termo, para construí-lo, a seu modo, através de narrativas discursivas. Segundo a autora, a categoria “povo” possui três sentidos principais em sua configuração moderna, sendo eles:

- 1) persona ficta, ou seja, coletividade soberana, que atua como uma única entidade (povo) e em cujo nome as leis são elaboradas e aplicadas, sendo que, nesse caso específico, o povo representa a todos os indivíduos de forma indiscriminada, sendo inclusivo e garantindo a imparcialidade da lei;
- 2) o corpo social historicamente situado em um determinado território, de modo que, nesse caso, o povo é concebido como uma categoria sociológica utilizada por intelectuais, políticos e cidadãos para fazer referência a uma entidade orgânica, detentora de uma subjetividade moral e ética — sendo essa a interpretação mobilizada por ideologias políticas para justificar a defesa dos interesses e valores do povo em detrimento de inimigos internos e externos, sublinhando a hostilidade contra os imigrantes;
- 3) uma comunidade política que atua através de movimentos, partidos políticos e representantes políticos, sendo um sujeito retórico construído discursivamente.

Para Urbinati (2020) o segundo e, sobretudo, o terceiro significado do termo são os mais mo-

bilizados e utilizados pelo populismo hodierno.

O povo cultuado pela mentalidade populista possui uma essência idealizada e mítica, apresentando-se como uma totalidade harmoniosa, que, por ser natural, está fortemente perpassada por laços de confiança mútua entre as pessoas, sendo um exercício cognitivo “fácil” distinguir entre aqueles que constituem o verdadeiro povo (o nós) e aqueles que não são representantes do povo (eles). De acordo com Tarchi (2015), o povo refere-se a uma totalidade homogênea, porém não indiferenciada ou igualitária, porque o populismo aceita e reforça as hierarquias e desigualdades sociais e econômicas, compreendidas como naturais e positivas. Trata-se de uma comunidade fundada sobre as bases de uma longa tradição, que protege e guarda as virtudes positivas e honradas das pessoas comuns, da maioria silenciosa, da plebe. Algumas dessas virtudes são, por exemplo, o espírito do sacrifício, a generosidade, a honestidade e o apego ao trabalho. A mentalidade populista é, ainda, profundamente organicista e funcionalista, de modo que todo sujeito possui um papel social específico, que, ao ser realizado, contribui para a realização de interesses coletivos.

Como observado por Jan Werner Muller (2017), a afirmação básica do populismo é a de que apenas uma parte do povo representa verdadeiramente o povo. Esses membros autênticos constituem uma comunidade de iguais, superior aos indivíduos isolados que a compõe, sendo a identidade étnica e o compartilhamento comum de valores e emoções os elementos responsáveis por tecer os fios vinculativos entre os membros do povo. Em contraposição ao verdadeiro povo está, então, o “falso” povo, que é composto por elites financeiras globais, elites políticas (instituições transnacionais como, por exemplo, a União Europeia) e elites culturais e políticas nacionais (que foram coniventes com a introjeção de valores, mentalidades, comportamentos e atitudes externas no solo nacional).

O universo mental populista compreende que os partidos políticos tradicionais e as oligarquias dominantes são os dois principais responsáveis pelos problemas políticos, econômicos, culturais

e demográficos que afligem a sociedade. Identificados como agentes patógenos, essas minorias exploram, mentem e subjugam a grande maioria das pessoas, rompendo com a coesão e a pureza fundada sobre a tradição plurissecular compartilhada pelos cidadãos autóctones, responsáveis pelas heranças vinculativas entre as pessoas e entre o passado, o presente e o futuro. Em *Strangers in their own land* Hochschild (2016) é realizada uma etnografia centrada em compreender o eleitorado de Donald Trump, buscando evidenciar por que as pessoas que, apesar de votarem por anos no partido Democrata, passaram a votar Republicano. A socióloga apreende que, diante da experiência do declínio do nível de vida, da marginalização social e da queda do consumo, assim como da experiência de mudanças aceleradas nos valores, nas normas, nos princípios e identidades subjetivas, os eleitores de Trump são aqueles que se consideram os "verdadeiros norte-americanos", os indivíduos que "trabalham duro" e acreditam no "sonho americano", cidadãos que não se beneficiam de políticas sociais e que acreditam que as minorias étnicas, as mulheres e os estrangeiros "cortam a fila" da ascensão social ao serem beneficiários de políticas afirmativas. Hochschild (2016) assinala a existência de uma "história profunda", que envolve e articula esses cidadãos, em sua maioria homens brancos, cristãos e de mais de cinquenta anos, que, sentindo-se traídos, abandonados e injustiçados pelas elites nacionais e transnacionais, passam a votar no partido Republicano. Apontando para o fato de que os cidadãos votam por uma lógica racional e, também, por necessidades emocionais, a socióloga ressalta a busca, manifesta pelos cidadãos norte-americanos, por uma nova filiação política, que, por sua vez, aparece na forma de um líder forte, aquele que se apresenta socialmente como sendo capaz de restaurar a ordem social e moral e, no caso dos Estados Unidos, "tornar a América grande novamente", a partir da priorização dos norte-americanos de cepa e não de grupos sociais minoritários ou imigrantes.

Ao promover uma verticalização da política na figura do líder, que encarna e representa o

povo verdadeiro e a cultura verdadeira, o populismo oferece para os cidadãos um verdadeiro condutor de massas. Trata-se de um homem ou mulher comum, cujas ações estão voltadas para a promoção do bem-estar, da segurança e da proteção dos membros do povo. Todo líder, movimento ou regime populista afirma olhar exclusivamente para o "seu" povo, promovendo uma visão dicotômica, que separa a grande maioria dos cidadãos comuns e virtuosos explorados das classes dirigentes exploradoras. O apelo para que o povo preserve sua identidade étnica, a aversão ao diferente, ao estrangeiro (identificado como impuro e heterogêneo), o encorajamento do compromisso e do sacrifício do homem comum, bem como a "apologia ao heroísmo diário anônimo" dos trabalhadores são os principais elementos mobilizados pela retórica do líder populista. É responsabilidade desse líder erradicar os agentes patógenos, que fizeram com que o povo perdesse a consciência de suas heranças sociais e tradicionais vinculativas, sejam elas espirituais ou materiais. A figura do líder populista manifesta-se, ainda, através de uma linguagem comum, envolta em gírias e palavras simples, que objetivam criar uma identificação com o povo, expressar os ressentimentos, as raivas e os temores de seus membros, afastando-se da linguagem rebuscada e incompreensível dos políticos profissionais ou dos intelectuais e, ainda, rompendo com as barreiras divisórias — durante toda a política moderna — entre o público e o privado. Não apenas a linguagem populista encarna o comum, as roupas e os gestos dos líderes populistas buscam assemelhar-se a da grande maioria dos cidadãos.

Apresentando como principal objetivo resgatar a política e a soberania nacional, o projeto populista se caracteriza por "golpear" toda forma de privilégio conquistado sem mérito ou de maneira corrupta, ao mesmo tempo em que exalta a riqueza e as posições sociais elevadas provenientes do esforço individual e do mérito particular de cada cidadão, que, com o suor de seu trabalho, ascendeu socialmente. Destacamos, porém, que a "forma mentis" populista não reivindica para

si a defesa de nenhuma classe social, apenas do povo verdadeiro e autêntico, uno e moralmente saudável. Urbinatti (2020) ressalta que o líder demonstra diariamente travar uma batalha oceânica contra o "*establishment*" — partidos políticos tradicionais, políticos profissionais, mídias consolidadas, organizações internacionais — ao mesmo tempo em que enfatiza (para o povo) que, mesmo se for eleito, não se tornará parte deste "*establishment*". Nesse contexto, o líder é o responsável por efetuar uma poderosa narrativa política reativa à crise da política e do sistema de representação política, bem como a globalização econômica e política, ao multiculturalismo, ao universalismo, ao fenômeno da migração de massa, às crises sociais intensas e aos direitos e reconhecimento recíproco das minorias que ascenderam socialmente no período da democracia moderna e no estado de bem-estar social. Compreendemos, portanto, que o populismo contemporâneo consolida-se mediante o estímulo dado para a formação de retópias, ou seja, "visões instaladas num passado perdido/roubado/abandonado, mas que não morreu" (Bauman 2017, 10). Esse passado, como descrito anteriormente, possui componentes míticos e idealizados, e é a promessa de seu resgate que gera a comunhão entre o líder e o povo, produzindo certezas e convicções, seguranças e orientações emotivas e cognitivas entre os que se consideram iguais.

Quando se insere no poder, o populismo moderno transforma três importantes elementos que caracterizam a democracia moderna, sendo eles: a ideia de povo, o princípio da maioria e a forma de representação política, consolidando um novo tipo de governo representativo, que é, essencialmente, desfigurado. Urbinatti (2020) demonstra, por exemplo, que quando os líderes populistas afirmam falar em nome do povo e para o povo (porque são a encarnação da vontade dos membros do povo), sem fazer uso de partidos políticos, mídia credenciada ou outros corpos políticos intermediários, eles criam um regime político pautado na representação direta. Nessa forma de representação, as eleições políticas deixam de

ser uma competição entre partidos políticos, com agendas plurais, e se tornam, exclusivamente, a celebração da maioria e de seu líder. Para os populistas, a mediação política pode ser neutralizada porque o povo e o líder político representam um único ser, e essa simbiose, por sua vez, permite uma nova forma de governo representativo, que exclui a classe política e o "*establishment*" do poder e das decisões políticas, supostamente permitindo ao povo um maior poder decisório.

Mas qual seria este povo? Como vimos anteriormente, o populismo contemporâneo concebe como "povo" uma parcela da sociedade (os sujeitos honestos, dignos, trabalhadores), representando, assim, apenas uma parte dos cidadãos no lugar do todo. Isso significa uma profunda desestruturação das democracias representativas, que são construídas sob perspectivas políticas plurais e diversas. O regime populista, ao encontrar sua legitimidade na unidade da comunidade, que é evocada e representada pelo líder político, e ao reivindicar para si a representação das vontades da maioria do povo, se configura como um regime intolerante às liberdades civis, porque submete as minorias sociais, étnicas e sexuais à vontade da maioria. É assim que o populismo, ao demonstrar sua preocupação exclusivamente como o povo verdadeiro, promove a exclusão de todos aqueles indivíduos que não fazem parte de seu projeto hegemônico, negando a ideia de universalidade política e de pluralismo, transformando profundamente as instituições da democracia representativa.

Conclusão

O desenvolvimento do artigo possibilitou a apreensão de que, no interior das democracias representativas de diversos países, o populismo contemporâneo passa a se manifestar através da mobilização de uma poderosa narrativa política, que reivindica para si o monopólio da representação popular, estabelecendo a figura do líder como o único representante do povo (do verdadeiro, daqueles que foram impactados com as profundas transformações ocorridas no curso dos últimos decênios), além de reivindicar o monopólio de

uma única moral, afirmando, ainda, o desejo de retorno a uma espécie de comunidade idealizada, que seria pura, homogênea, uniforme e composta por pessoas honestas e virtuosas, ou seja, uma comunidade de iguais. Essa comunidade exclui os cidadãos considerados irresponsáveis, os imigrantes e os estrangeiros e é construída em contraposição às elites nacionais e transnacionais e, também, às oligarquias dominantes.

O populismo contemporâneo emerge em um cenário político, econômico e cultural em que se proliferam crises e medos sociais, revelando-se um fenômeno reativo à globalização econômica e política e aos valores culturais e instituições sociais, que inauguraram uma nova ordem social no final do século XX. Os autores mobilizados por este artigo auxiliam na compreensão de que o termo "populismo" sempre esteve envolto em uma áurea de imprecisão, caracterizando-se como um fenômeno que possui diversas fases e formas ao longo da história. Marco Tarchi (2015), Mastropaolo (2005) e Muller (2017) apreendem que o populismo não possui um corpo doutrinário fixo e, portanto, não pode ser qualificado como uma ideologia. Mastropaolo (2005) atenta para o *estilo político* que o populismo e o populista manifestam, destacando a retórica, que é construída entorno da noção de povo e da linguagem bélica, agressiva e hostil, utilizada pelos líderes populistas, que são amáveis com a sua comunidade de iguais e declaram inimigas as oligarquias políticas, econômicas e culturais. Para Tarchi (2015), o populismo pode caracterizar, também, uma *forma mentis*, uma mentalidade específica correspondente a determinada visão da ordem social, que é baseada na crença na virtude do povo e em cujo domínio se assenta a fonte de legitimação da ação política. Nesse sentido, compreendemos que o populismo promove a verticalização da política na figura do líder, que encarna e representa o verdadeiro povo. O povo, por sua vez, possui uma essência idealizada e mítica, apresentando-se como um todo homogêneo, natural e harmonioso.

Referências

- Augé, Marc. 2014. *Los nuevos miedos*. Buenos Aires, Argentina: Paidós.
- Bauman, Zygmunt. 2017. *Retrotopia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar
- Bauman, Zygmunt. 2016. *Babel: entre a incerteza e a esperança*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bauman, Zygmunt. 2008. *A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bauman, Zygmunt. 2001. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bodei, Remo. 2006. *Destinos personales: la era de La colonización de las conciencias*. Buenos Aires: El cuenco de plata.
- Brown, Wendy. 2015. *Undoing the Demos: Neoliberalism's Stealth Revolution*. New York: Zone Books.
- Galli, Carlo. 2001. *Spazi politici: l'età moderna e l'età-globale*. Bologna: Il Mulino.
- Gallino, Luciano. 2012. *La lotta di classe dopo la lotta di classe*. Roma: Laterza.
- Han, Byung C. 2018. *No enxame: perspectivas do digital*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.
- Hochschild, Arlie R. 2016. *Strangers in their own land: anger and mourning on the american right*. 2016. New York: New Press.
- Mastropaolo, Alfio. 2005. *La mucca pazza della democrazia: nuove destre, populisme, antipolitica*. Torino: Bollati Boringhieri.
- Muller, Jan W. 2017. *Cos'è il populismo*. Milão: Università Bocconi Editore.
- Saskia, Sassen. 2016. *Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global*. 1ª Ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra.
- Tarchi, Marco. 2015. *Italia populista: dal qualunquismo a Beppe Grillo*. Bologna: Il Mulino.
- Todorov, Tzvetan. 2011. *Muros caídos, muros erigidos*. Buenos Aires: Katz.
- Urbinati, Nadia. 2020. *Io, Il Popolo: como il populismo trasforma la democrazia*. Bologna: Il Mulino.
- Virilio, Paul. 2010. *L'administration de la peur*. Paris: Textuel.
- Zolo, Danilo. 2011. *Sulla Paura: Fragilità, aggressività, potere*. Itália: Feltrineli.
- Wacquant, Loïc. 2001. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Zahar.

Isabela Vicente Monti

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP. Graduada em Ciências Sociais pela Faculdade de Ciências e Letras (FCLar) da UNESP.

Os textos deste artigo foram revisados pela Zeppelini Publishers e submetidos para validação do(s) autor(es) antes da publicação